

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA

Tipo 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
 - Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
 - Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
 - Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
 - Assine seu nome apenas no espaço reservado
 - Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
 - O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
 - Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
 - A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos
 - Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa prova!

Língua Portuguesa

Texto 1 – Problemas Sociais Urbanos

Brasil escola

Dentre os problemas sociais urbanos, merece destaque a questão da segregação urbana, fruto da concentração de renda no espaço das cidades e da falta de planejamento público que vise à promoção de políticas de controle ao crescimento desordenado das cidades. A especulação imobiliária favorece o encarecimento dos locais mais próximos dos grandes centros, tornando-os inacessíveis à grande massa populacional. Além disso, à medida que as cidades crescem, áreas que antes eram baratas e de fácil acesso tornam-se mais caras, o que contribui para que a grande maioria da população pobre busque por moradias em regiões ainda mais distantes.

Essas pessoas sofrem com as grandes distâncias dos locais de residência com os centros comerciais e os locais onde trabalham, uma vez que a esmagadora maioria dos habitantes que sofrem com esse processo são trabalhadores com baixos salários. Incluem-se a isso as precárias condições de transporte público e a péssima infraestrutura dessas zonas segregadas, que às vezes não contam com saneamento básico ou asfalto e apresentam elevados índices de violência.

A especulação imobiliária também acentua um problema cada vez maior no espaço das grandes, médias e até pequenas cidades: a questão dos lotes vagos. Esse problema acontece por dois principais motivos: 1) falta de poder aquisitivo da população que possui terrenos, mas que não possui condições de construir neles e 2) a espera pela valorização dos lotes para que esses se tornem mais caros para uma venda posterior. Esses lotes vagos geralmente apresentam problemas como o acúmulo de lixo, mato alto, e acabam tornando-se focos de doenças, como a dengue.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Problemas socioambientais urbanos"; Brasil Escola. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/brasil/problemas-ambientais-sociais-decorrentes-urbanizacao.htm>.

Acesso em 14 de abril de 2016.

1

A estruturação do texto 1 é feita do seguinte modo:

- (A) uma introdução definidora dos problemas sociais urbanos e um desenvolvimento com destaque de alguns problemas;
- (B) uma abordagem direta dos problemas com seleção e explicação de um deles, visto como o mais importante;
- (C) uma apresentação de caráter histórico seguida da explicitação de alguns problemas ligados às grandes cidades;
- (D) uma referência imediata a um dos problemas sociais urbanos, sua explicitação, seguida da citação de um segundo problema;
- (E) um destaque de um dos problemas urbanos, seguido de sua explicação histórica, motivo de crítica às atuais autoridades.

2

O segmento abaixo em que NÃO é possível trocar de posição os elementos textuais sublinhados é:

- (A) "Incluem-se a isso as precárias condições de transporte público e a péssima infraestrutura dessas zonas segregadas, que às vezes não contam com saneamento básico ou asfalto e apresentam elevados índices de violência";
- (B) "às vezes não contam com saneamento básico ou asfalto e apresentam elevados índices de violência";
- (C) "Essas pessoas sofrem com as grandes distâncias dos locais de residência com os centros comerciais e os locais onde trabalham";
- (D) "Além disso, à medida que as cidades crescem, áreas que antes eram baratas e de fácil acesso tornam-se mais caras";
- (E) "merece destaque a questão da segregação urbana, fruto da concentração de renda no espaço das cidades e da falta de planejamento público que vise à promoção de políticas de controle ao crescimento desordenado das cidades".

3

"Dentre os problemas sociais urbanos, merece destaque a questão da segregação urbana, fruto da concentração de renda no espaço das cidades e da falta de planejamento público que vise à promoção de políticas de controle ao crescimento desordenado das cidades".

Os dois elementos ligados pela conjunção E são fatores bastante diferentes; o pensamento abaixo em que os termos ligados por essa conjunção podem ser considerados sinônimos é:

- (A) "A Academia Francesa é como a Universidade: uma e outra eram necessárias num tempo de ignorância e de mau gosto; hoje são ridículas" (Voltaire);
- (B) "A agulha é pequena e delgada; no entanto sustenta uma família toda" (Steinberg);
- (C) "O amor e a amizade excluem-se mutuamente" (La Bruyère);
- (D) "A amizade de alguns homens é mais funesta e danosa do que o seu ódio ou aversão" (Marquês de Maricá);
- (E) "Todo bajulador tem de ser forçosamente um malévolo e um ingrato" (Nestor Vitor).

4

"Dentre os problemas sociais urbanos, merece destaque a questão da segregação urbana, fruto da concentração de renda no espaço das cidades e da falta de planejamento público que vise à promoção de políticas de controle ao crescimento desordenado das cidades".

Pode ser inferido desse segmento do texto 1 que:

- (A) não há concentração de renda em todas as cidades;
- (B) os problemas sociais urbanos resumem-se à segregação;
- (C) o planejamento público se destina a impedir o crescimento das cidades;
- (D) as políticas de controle impediriam a concentração de renda;
- (E) os problemas sociais urbanos são vários e passíveis de controle.

5

“Dentre os problemas sociais urbanos, merece destaque a questão da segregação urbana, fruto da concentração de renda no espaço das cidades e da falta de planejamento público que vise à promoção de políticas de controle ao crescimento desordenado das cidades”.

Nesse primeiro período do texto 1, o termo que se liga sintaticamente a um termo anterior, de forma diferente dos demais, é:

- (A) concentração de renda;
- (B) espaço das cidades;
- (C) falta de planejamento;
- (D) promoção de políticas;
- (E) crescimento das cidades.

6

“Além disso, à medida que as cidades crescem, áreas que antes eram baratas e de fácil acesso tornam-se mais caras, o que contribui para que a grande maioria da população pobre busque por moradias em regiões ainda mais distantes”.

Segundo o texto 1, os mais pobres residem em locais distantes dos grandes centros porque:

- (A) estão em contato direto com a natureza;
- (B) passam a residir em locais menos caros;
- (C) são obrigados a morar em locais mais humildes;
- (D) desejam livrar-se dos problemas dos grandes centros;
- (E) são levados à pobreza pelo desemprego.

7

“que vise à promoção de políticas de controle”; nesse segmento de texto 1 emprega-se corretamente a regência do verbo *visar*, que muda de sentido conforme seja transitivo direto ou transitivo indireto.

O verbo abaixo em que NÃO ocorre a mesma possibilidade de dupla regência e duplo sentido é:

- (A) aspirar;
- (B) assistir;
- (C) carecer;
- (D) chamar;
- (E) precisar.

8

Os verbos de estado indicam: estado permanente, estado transitório, mudança de estado, aparência de estado e continuidade de estado. A frase do texto 1 que mostra um verbo de estado com valor de mudança de estado é:

- (A) “áreas que antes eram baratas e de fácil acesso”;
- (B) “tornam-se mais caras”;
- (C) “habitantes que sofrem com esse processo são trabalhadores com baixos salários”;
- (D) “Além disso, à medida que as cidades crescem”;
- (E) “a grande maioria da população pobre busque por moradias em regiões ainda mais distantes”.

9

“Essas pessoas sofrem com as grandes distâncias dos locais de residência com os centros comerciais e os locais onde trabalham”; a frase abaixo em que o vocábulo *onde/aonde* foi mal empregado é:

- (A) “Muitos suicidas se detiveram no limiar da morte ao pensar no café aonde vão todas as noites para sua partida de dominó” (Balzac);
- (B) “Onde há casamento sem amor, vai haver amor sem casamento” (Franklin);
- (C) “Circo é o lugar onde se permite a cavalos, pôneis e elefantes verem homens, mulheres e crianças bancarem idiotas” (Ambrose Bierce);
- (D) “As pessoas onde é difícil achar defeitos devem ser difíceis de achar” (Nouailles);
- (E) “Os *Lusíadas* se tornaram para nós um pesadelo, porque ninguém sabia onde o diabo escondia o sujeito da oração naqueles versos retorcidos” (Fernando Sabino).

10

Pela leitura do primeiro período do texto 1, a segregação urbana tem como principal causa:

- (A) a concentração de renda;
- (B) a falta de planejamento público;
- (C) a ausência de políticas urbanas;
- (D) o crescimento desordenado das cidades;
- (E) a falta de espaço nas grandes cidades.

11

“Além disso, à medida que as cidades crescem, áreas que antes eram baratas e de fácil acesso tornam-se mais caras, o que contribui para que a grande maioria da população pobre busque por moradias em regiões ainda mais distantes”.

Nesse segmento do texto 1, o vocábulo *mais* aparece duas vezes, com a mesma classe gramatical; a frase abaixo em que esse mesmo vocábulo apresenta classe diferente é:

- (A) “Quem está embaixo não pode cair mais fundo” (Samuel Butler);
- (B) “A avareza é mais contrária à economia que a liberdade” (La Rochefoucauld);
- (C) “O avarento é o mais leal e fiel depositário dos bens dos seus herdeiros” (Marquês de Maricá);
- (D) “A coisa mais semelhante a reviver a própria vida é lembrá-la e tornar essa lembrança o mais durável possível” (Franklin);
- (E) “O pecado de mais culpa é o adultério” (Nouailles).

12

“Essas pessoas sofrem com as grandes distâncias dos locais de residência com os centros comerciais e os locais onde trabalham, uma vez que a esmagadora maioria dos habitantes que sofrem com esse processo são trabalhadores com baixos salários”.

A afirmativa inadequada sobre os componentes sublinhados nesse segmento do texto 1 é:

- (A) o termo “Essas pessoas” se refere obrigatoriamente a um termo citado anteriormente;
- (B) a preposição *com* poderia ser adequadamente substituída por *em relação a*, com as adaptações necessárias;
- (C) a locução *uma vez que* tem valor semântico equivalente a *visto que*;
- (D) a forma verbal *sofrem* deveria ser substituída pela forma correta *sofre*;
- (E) as formas *baixos salários* ou *salários baixos* mostram o mesmo sentido.

13

“Essas pessoas sofrem com as grandes distâncias dos locais de residência com os centros comerciais e os locais onde trabalham, uma vez que a esmagadora maioria dos habitantes que sofrem com esse processo são trabalhadores com baixos salários”.

Segundo esse segmento do texto 1, o sofrimento maior desses trabalhadores advém do fato de que:

- (A) devem gastar mais dinheiro com transporte;
- (B) demoram mais tempo para chegar ao trabalho;
- (C) são obrigados a acordar mais cedo;
- (D) passam todo o dia longe das famílias;
- (E) enfrentam constantemente longas filas de ônibus.

14

No texto 1, há quatro ocorrências do acento grave indicativo da crase: “vise à promoção de políticas de controle”(1), “tornando-os inacessíveis à grande massa populacional”(2), “Além disso, à medida que as cidades crescem”(3) e “que às vezes não contam com saneamento básico”(4).

Os casos de crase que correspondem à união de preposição + artigo definido são:

- (A) 1 e 2;
- (B) 1 e 4;
- (C) 2 e 3;
- (D) 3 e 4;
- (E) todos eles.

15

“a espera pela valorização dos lotes para que esses se tornem mais caros para uma venda posterior”; esse segmento do texto 1 apresenta um problema de construção, que é:

- (A) a ausência de pontuação;
- (B) a ambiguidade;
- (C) a falta de paralelismo;
- (D) a incoerência;
- (E) a incorreção gramatical.

Texto 2 – Violência e favelas

O crescimento dos índices de violência e a dramática transformação do crime manifestados nas grandes metrópoles são alarmantes, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro, sendo as favelas as mais afetadas nesse processo.

“A violência está o cúmulo do absurdo. É geral, não é? É geral, não tem, não está distinguindo raça, cor, dinheiro, com dinheiro, sem dinheiro, tá de pessoa para pessoa, não interessa se eu te conheço ou se eu não te conheço. Me irritou na rua eu te dou um tiro. É assim mesmo que está, e é irritante, o ser humano está em um estado de nervos que ele não está mais se controlando, aí junta a falta de dinheiro, junta falta de tudo, e quem tem mais tá querendo mais, e quem tem menos tá querendo alguma coisa e vai descontar em cima de quem tem mais, e tá uma rivalidade, uma violência que não tem mais tamanho, tá uma coisa insuportável.” (moradora da Rocinha)

A recente escalada da violência no país está relacionada ao processo de globalização que se verifica, inclusive, ao nível das redes de criminalidade. A comunicação entre as redes internacionais ligadas ao crime organizado são realizadas para negociar armas e drogas. Por outro lado, verifica-se hoje, com as CPLs (Comissão Parlamentar de Inquérito) instaladas, ligações entre atores presentes em instituições estatais e redes do narcotráfico.

Nesse contexto, as camadas populares e seus bairros/favelas são crescentemente objeto de estigmatização, percebidos como causa da desordem social o que contribui para aprofundar a segregação nesses espaços. No outro polo, verifica-se um crescimento da autosegregação, especialmente por parte das elites que se encastelam nos enclaves fortificados na tentativa de se proteger da violência. (Maria de Fátima Cabral Marques Gomes, *Scripta Nova*)

16

O primeiro parágrafo do texto 2 alude à “dramática transformação do crime”; essa transformação só NÃO se refere à(às):

- (A) quantificação dos índices de violência;
- (B) internacionalização da criminalidade;
- (C) tipologia das atividades criminosas;
- (D) consequências do processo de globalização;
- (E) modificações nas penalidades legais.

17

“...O crescimento dos índices de violência e a dramática transformação do crime manifestados nas grandes metrópoles são alarmantes, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro”.

O termo “sobretudo” só NÃO pode ser substituído adequadamente por:

- (A) principalmente;
- (B) geralmente;
- (C) especialmente;
- (D) destacadamente;
- (E) particularmente.

18

“A violência está o cúmulo do absurdo. É geral, não é? É geral, não tem, não está distinguindo raça, cor, dinheiro, com dinheiro, sem dinheiro, tá de pessoa para pessoa, não interessa se eu te conheço ou se eu não te conheço. Me irritou na rua eu te dou um tiro”.

A fala da moradora da Rocinha mostra certas características distintas da variedade padrão de linguagem; a única característica que NÃO está comprovada pelo exemplo dado é:

- (A) segmentos desconexos: “não tem”;
- (B) formas reduzidas: “tá de pessoa para pessoa”;
- (C) explicações desnecessárias: “com dinheiro, sem dinheiro”;
- (D) mistura de tratamento: “se eu te conheço ou se eu não te conheço”;
- (E) erros gramaticais: “me irritou na rua”.

19

A fala da moradora da Rocinha tem a seguinte finalidade:

- (A) demonstrar que as favelas são o centro da violência;
- (B) enumerar as consequências da violência nas favelas;
- (C) confirmar uma afirmação do parágrafo anterior;
- (D) mostrar a insignificância da vida humana;
- (E) provar que a violência é fruto da globalização.

20

“...e quem tem mais tá querendo mais, e quem tem menos tá querendo alguma coisa”; nesse segmento do texto 2 o verbo *ter* está empregado em lugar do verbo *possuir*. A frase abaixo em que o verbo *ter* foi substituído de forma adequada é:

- (A) “A abelha atarefada não tem tempo para tristeza” (Blake) / precisa de;
- (B) “Para suportar as aflições dos outros, todo mundo tem coragem de sobra” (B. Franklin) / prova;
- (C) “O amor é um pássaro que tem ovos de ferro” (Guimarães Rosa) / põe;
- (D) “A gente sabe que o amor existe graças aos crimes passionais que a imprensa tem diariamente” (Mário da Silva Brito) / fotografa;
- (E) “Anatomia é uma coisa que os homens também têm, mas que, nas mulheres, fica muito melhor” (Millôr Fernandes) / demonstram.

21

“Por outro lado, verifica-se hoje, com as CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito) instaladas, ligações entre atores presentes em instituições estatais e redes do narcotráfico”.

Esse segmento do texto 2 alude ao seguinte fato:

- (A) preocupação das autoridades com a ampliação do crime;
- (B) investigação policial sobre o crime organizado;
- (C) corrupção em altos escalões do poder;
- (D) crescimento do crime em nosso país;
- (E) chegada ao Brasil do crime organizado.

22

“É assim mesmo que está, e é irritante, o ser humano está em um estado de nervos que ele não está mais se controlando...”; a frase abaixo em que as duas ocorrências do vocábulo QUE pertencem à mesma classe gramatical é:

- (A) “Alma grande é aquela que percebe que o cachorro está com fome e lhe dá de beber” (La Serna);
- (B) “O arqueiro que ultrapassa o alvo falha tanto como aquele que não o alcança” (Montaigne);
- (C) “Mas a ambição do homem é tão grande que, para satisfazer uma vontade presente, não pensa no mal que dentro em breve daí pode resultar” (Maquiavel);
- (D) “Não há encosta, por mais íngreme que seja, que duas pessoas juntas não possam galgar” (Ibsen);
- (E) “As pessoas vaidosas dizem o que pensam para os outros pensarem que elas sabem mais” (Nouailles).

23

“A comunicação entre as redes internacionais ligadas ao crime organizado são realizadas para negociar armas e drogas”.

A oração reduzida sublinhada teria como forma nominalizada equivalente:

- (A) para que se negociem armas e drogas;
- (B) para a negociação de armas e drogas;
- (C) para que sejam negociadas armas e drogas;
- (D) para que se negociassem armas e drogas;
- (E) para o negócio de armas e drogas ser realizado.

24

“Nesse contexto, as camadas populares e seus bairros/favelas são crescentemente objeto de estigmatização, percebidos como causa da desordem social o que contribui para aprofundar a segregação nesses espaços”.

Nesse segmento do texto 2, o componente textual que NÃO se refere ou substitui um elemento anterior do texto é:

- (A) Nesse contexto;
- (B) seus;
- (C) desordem social;
- (D) que;
- (E) nesses espaços.

25

“...tá uma coisa insuportável”; o adjetivo *insuportável* equivale a “que não se pode suportar”. O adjetivo abaixo que tem um significado dado corretamente é:

- (A) indelével / que não se pode apagar;
- (B) intragável / que não se pode trazer;
- (C) imprescindível / que não se pode utilizar;
- (D) inteligível / que não se pode entender;
- (E) imbatível / que não se pode combater.

26

“No outro polo, verifica-se um crescimento da autosegregação...”; a função do pronome SE, nesse segmento do texto 2, se repete na seguinte frase:

- (A) “Os abusos, como os dentes, nunca se arrancam sem dores” (Marquês de Maricá);
 (B) “O aborto é perigoso, porque, se fracassa, pode produzir uma criança” (Sofocleto);
 (C) “Meu desejo sincero seria que nossa Academia Brasileira não se esquecesse tanto de que é também de... letras” (Afonso Arinos);
 (D) “Envergonhar-nos-íamos frequentemente de nossas ações mais belas se o mundo visse os motivos que as produzem” (La Rochefoucauld);
 (E) “Ao lermos os grandes autores, temos a impressão de que todos se conheceram uns aos outros” (Elias Canetti).

27

“No outro polo, verifica-se um crescimento da autosegregação, especialmente por parte das elites que se encastelam nos enclaves fortificados na tentativa de se proteger da violência”.

Entenda-se por “autosegregação” uma segregação:

- (A) derivada da lei;
 (B) causada pela falta de policiamento;
 (C) causada pela estigmatização;
 (D) voluntária;
 (E) idêntica à da favela.

28



Sobre a charge acima, pode-se dizer que sua temática básica é:

- (A) a inadequação dos turistas no Rio de Janeiro;
 (B) o excesso de eventos na capital carioca;
 (C) a falta de segurança nas praias do Rio;
 (D) a crítica ao calor excessivo no verão do Rio;
 (E) a crítica à poluição das águas no Rio.

29

A frase “Me traz um refri” tem um vocábulo abreviado da mesma forma que o vocábulo sublinhado abaixo:

- (A) O portuga não me pagou o que deve!
 (B) O atraso dos trens me deixou irritado.
 (C) Assisti a um Fla X Flu no domingo.
 (D) A CPI dos Correios deu encrenca!
 (E) A Uerj fará vestibular no próximo sábado.

30

Na mesma charge, considerando-se que o humor é fruto da ruptura de uma expectativa, pode-se observar que, nessa imagem, o humor é causado pelo(a):

- (A) contraste entre o calor e a idealização dos cartazes;
 (B) oposição entre as armaduras e o cenário da praia;
 (C) impossibilidade de alguém de armadura tomar água de coco;
 (D) improbabilidade de haver sol em todos os eventos;
 (E) choque entre os eventos passados e o futuro.

Raciocínio Lógico Matemático

31

Sobre as atividades fora de casa no domingo, Carlos segue fielmente as seguintes regras:

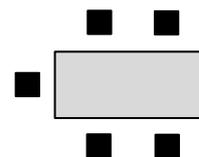
- Ando ou corro.
 - Tenho companhia ou não ando.
 - Calço tênis ou não corro.
- Domingo passado Carlos saiu de casa de sandálias.

É correto concluir que, nesse dia, Carlos:

- (A) correu e andou;
 (B) não correu e não andou;
 (C) andou e não teve companhia;
 (D) teve companhia e andou;
 (E) não correu e não teve companhia.

32

A figura abaixo mostra uma mesa retangular com 5 cadeiras representadas pelos quadradinhos pretos. Um casal com seus três filhos ocuparão esses cinco lugares e o lugar de cada um será decidido por sorteio. A probabilidade de que o casal fique junto, ou seja, um ao lado do outro em uma das laterais da mesa é:



- (A) 10%;
 (B) 20%;
 (C) 30%;
 (D) 40%;
 (E) 50%.

33

Observe a seguinte sequência formada por quatro letras do alfabeto:

M P R J

Afirma-se que uma nova sequência tem a mesma estrutura da sequência dada quando as distâncias relativas entre as letras é a mesma da sequência original.

Considere as sequências:

- 1) D G I A
- 2) Q T V O
- 3) H K N F

Dessas sequências, possuem a mesma estrutura da sequência original:

- (A) somente (1);
- (B) somente (2);
- (C) somente (3);
- (D) somente (1) e (2);
- (E) somente (2) e (3).

34

Em um processo que teve origem no exterior há a seguinte informação:

- O avião apreendido voou por 2 horas e 15 minutos a uma velocidade de 140 milhas por hora.

Considerando que 3 milhas equivalem a 5 quilômetros, a distância percorrida por esse avião foi de:

- (A) 460 km;
- (B) 485 km;
- (C) 502 km;
- (D) 525 km;
- (E) 540 km.

35

Lucas e Marcelo trabalham no mesmo escritório e ganham R\$ 4500,00 e R\$ 3600,00, respectivamente. Lucas foi promovido e ganhou aumento de 20% no seu salário. Dias depois, Marcelo foi também promovido, passou a desempenhar trabalho equivalente ao de Lucas e também passou a receber um salário igual ao dele.

A porcentagem de aumento do salário de Marcelo foi de:

- (A) 40%;
- (B) 50%;
- (C) 60%;
- (D) 64%;
- (E) 72%.

36

Para organizar um horário de atendimento, em três dias da semana, pela manhã e à tarde, deve-se colocar duas letras A, duas letras B e duas letras C nas casas vazias da tabela abaixo, com a condição de que, em cada coluna, não apareçam letras iguais.

	2ª feira	4ª feira	6ª feira
Manhã			
Tarde			

O número de maneiras diferentes de preencher essa tabela é:

- (A) 12;
- (B) 24;
- (C) 36;
- (D) 48;
- (E) 64.

37

Prestando depoimento o depoente declarou:

- Estava no escritório às 10 horas da noite e o telefone tocou.

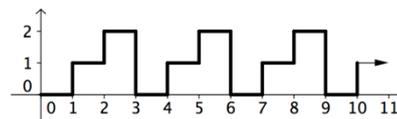
Após algumas investigações verificou-se que essa declaração do depoente era falsa.

É correto concluir que o depoente:

- (A) não estava no escritório ou o telefone não tocou;
- (B) não estava no escritório e o telefone não tocou;
- (C) não estava no escritório ou o telefone tocou;
- (D) estava no escritório ou o telefone não tocou;
- (E) estava no escritório e o telefone não tocou.

38

No plano cartesiano foi construída, a partir da origem, a linha quebrada mostrada na figura abaixo.



Percorrendo, a partir da origem, e sobre a linha quebrada, um comprimento de 200 unidades, o ponto final desse percurso será:

- (A) (84, 0);
- (B) (85, 0);
- (C) (85, 1);
- (D) (86, 1);
- (E) (86, 2).

39

Em uma barraca da feira as abóboras são todas iguais. Sabe-se que uma abóbora pesa 2 kg mais a terça parte de uma abóbora. O peso de uma abóbora e meia é:

- (A) 3,0 kg;
- (B) 3,6 kg;
- (C) 4,5 kg;
- (D) 4,8 kg;
- (E) 5,4 kg.

40

Trabalham em um escritório 11 pessoas, sendo que, no assunto futebol, 3 são vascaínos, 2 são tricolores, 2 são botafoguenses e 4 são flamenguistas.

É correto afirmar que:

- (A) em qualquer grupo de 7 dessas pessoas há, pelo menos, um vascaíno;
- (B) em qualquer grupo de 6 dessas pessoas há torcedores de, pelo menos, três times;
- (C) em qualquer grupo de 8 dessas pessoas há, pelo menos, um flamenguista;
- (D) em qualquer grupo de 5 dessas pessoas há, pelo menos, um botafoguense;
- (E) em qualquer grupo de 4 dessas pessoas há, pelo menos, duas pessoas que torcem pelo mesmo time.

Organização do Ministério Público

41

Membro do Ministério Público com atribuição instaurou inquérito civil com o objetivo de apurar a possível prática de atos de improbidade administrativa por determinados agentes públicos. Ao fim de ampla investigação, constatou que determinado juiz de direito teria praticado crime. Esses elementos probatórios, produzidos em expediente presidido por membro do Ministério Público, subsidiaram a ação penal ajuizada em face do referido juiz de direito. À luz da ordem jurídica brasileira, os elementos probatórios produzidos no inquérito civil:

- (A) não podem ser utilizados para subsidiar a ação penal, já que foram produzidos em outra instância de responsabilização;
- (B) somente podem ser utilizados para subsidiar a ação penal após o trânsito em julgado da ação civil pública;
- (C) somente podem ser utilizados para subsidiar a ação penal se foram produzidos sob o crivo do contraditório;
- (D) podem ser utilizados para subsidiar o ajuizamento de uma ação penal;
- (E) somente podem subsidiar a ação penal ajuizada em face do juiz de direito se colhidos sob supervisão do Tribunal de Justiça.

42

Eusébio, pessoa idosa e muito pobre, sofria constantes espancamentos do único familiar que tinha e com o qual vivia, quase perdendo a vida no último desses acontecimentos. Além de procurar a Delegacia de Polícia para relatar os crimes de que fora vítima, procurou o membro do Ministério Público com atribuição na área extrapenal, visando à adoção de providências que resguardassem a sua integridade física e psicológica. À luz desse quadro, o membro do Ministério Público com atribuição na área extrapenal deve:

- (A) encaminhar Eusébio para a Defensoria Pública;
- (B) adotar as medidas extrapenais, autorizadas pela ordem jurídica, em prol de Eusébio;
- (C) informar a Eusébio que o Ministério Público somente atua na área penal;
- (D) orientar Eusébio a procurar um advogado;
- (E) apenas informar a Eusébio que não tem atribuição para atendê-lo, sem prestar qualquer consulta.

43

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro recebeu representação em que era narrada a possível prática de ilícito, por parte de autoridade que deveria ser por ele investigada, mas com a qual mantinha relação de parentesco, o que, de acordo com a lei processual, caracterizaria uma situação de impedimento. Nesse caso, de acordo com a Lei Complementar nº 106/2003, deve atuar no feito o:

- (A) Subprocurador-Geral de Justiça;
- (B) Corregedor-Geral do Ministério Público;
- (C) Procurador de Justiça mais antigo na classe;
- (D) membro eleito, do Conselho Superior, mais antigo na classe;
- (E) Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça.

44

Determinado membro do Ministério Público com atribuição, nos autos de inquérito civil que tramitava em seu órgão de execução, celebrou termo de ajustamento de conduta. A respeito desses autos, é correto afirmar que devem:

- (A) ser encaminhados, no prazo de três dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de homologação;
- (B) ter sua tramitação suspensa, pelo Presidente da investigação, até o integral cumprimento do acordado;
- (C) ser encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça, para que essa autoridade zele pelo princípio da obrigatoriedade da ação civil pública;
- (D) ser arquivados na secretaria, até que um legítimo interessado solicite o restabelecimento da sua tramitação;
- (E) ter a sua autenticidade declarada pela secretaria, com ulterior apensamento aos autos da ação civil pública.

45

Rosélia, Analista do Ministério Público, logo após tomar posse no cargo, inteirou-se a respeito dos mecanismos estatutários de evolução na carreira, o que significaria aumento na contraprestação pecuniária que lhe era devida. Após muitas reflexões, teve sinceras dúvidas a respeito da utilidade da progressão funcional. A respeito desse instituto, é correto afirmar que:

- (A) a exemplo da promoção, obedece a um critério de temporalidade e pode ser conjugada com uma avaliação especial de desempenho;
- (B) distingue-se da promoção na medida em que permite ao servidor mover-se do último padrão remuneratório de uma classe da carreira para o primeiro da classe seguinte;
- (C) a progressão é a transferência do servidor de uma carreira para outra igualmente inserida no Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público;
- (D) identifica-se com a promoção na medida em que permite ao servidor mover-se do último padrão remuneratório de uma classe da carreira para o primeiro da classe seguinte;
- (E) distingue-se da promoção na medida em que não altera o padrão a que está vinculado o servidor e não permite a evolução na carreira.

46

Ítalo, Procurador de Justiça, no exercício de sua atividade de inspeção permanente do serviço dos Promotores de Justiça, identificou uma conduta, atribuída a Isidro, que reputava gravemente atentatória aos deveres do cargo. Formulou representação ao Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que a arquivou de plano. À luz desse quadro, é correto afirmar que, no âmbito estadual, Isidro:

- (A) pode recorrer ao Colégio de Procuradores de Justiça;
- (B) não pode impugnar a decisão proferida;
- (C) pode recorrer ao Conselho Superior do Ministério Público;
- (D) pode pleitear, ao Judiciário, a aplicação das sanções administrativas;
- (E) deve pleitear a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça.

47

Ao detectar a prática de inúmeros ilícitos semelhantes cometidos em diversos quadrantes do Estado do Rio de Janeiro, o Procurador-Geral de Justiça reuniu todos os Promotores de Justiça com atribuição e comunicou que acabara de editar uma determinação uniformizando o enquadramento jurídico desses ilícitos. O objetivo era o de evitar posicionamentos divergentes entre os órgãos com atribuição e viabilizar a defesa das respectivas teses junto aos Tribunais Superiores. À luz da sistemática constitucional, essa medida:

- (A) não está em harmonia com a ordem constitucional, pois afronta o princípio da independência funcional;
- (B) está em harmonia com a ordem constitucional, pois se ajusta ao princípio da unidade do Ministério Público;
- (C) não está em harmonia com a ordem constitucional, pois somente o Conselho Nacional do Ministério Público poderia expedir-la;
- (D) está em harmonia com a ordem constitucional, pois prestigia o princípio da eficiência;
- (E) não está em harmonia com a ordem constitucional, pois a medida deveria ser previamente aprovada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores.

48

Além dos cargos de provimento efetivo, o Quadro Permanente de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro também conta com cargos de provimento em comissão. Especificamente em relação ao Cargo em Comissão de Direção (CCD) e ao Cargo em Comissão de Gerência (CCG), é correto afirmar, de acordo com a sistemática da Lei nº 5.981/2011, que:

- (A) ambos somente podem ser preenchidos por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- (B) podem ser livremente titularizados por pessoas que ocupem, ou não, cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- (C) oitenta por cento dos Cargos em Comissão de Gerência (CCG) devem ser preenchidos por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- (D) ambos somente podem ser preenchidos por servidores que sejam ocupantes de funções de confiança, desde que responsáveis pelas funções de direção e gerência;
- (E) noventa por cento dos Cargos em Comissão de Direção (CCD) devem ser preenchidos por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

49

Idília, servidora do Ministério Público Estadual, praticou falta funcional e, após regular processo administrativo, sofreu uma sanção de advertência. Inconformada com o resultado do processo, requereu ao Conselho Nacional do Ministério Público a reforma da referida decisão. Em atenção à sistemática constitucional e à interpretação adotada pelo Supremo Tribunal Federal, esse órgão colegiado de estatura constitucional:

- (A) pode rever qualquer ato administrativo praticado no âmbito do processo disciplinar, incluindo a sanção sofrida por Idília;
- (B) somente pode rever os atos funcionais praticados no âmbito do Ministério Público, não os atos administrativos;
- (C) pode rever apenas as sanções disciplinares aplicadas aos membros do Ministério Público, não aos servidores;
- (D) somente poderia rever a sanção disciplinar aplicada a Idília se demonstrado o exaurimento dos recursos internos;
- (E) não pode rever os atos praticados no âmbito do Ministério Público, mas tão somente recomendar a sua correção.

50

Determinado órgão de execução do Ministério Público, após ultimar as investigações no inquérito civil que havia instaurado, concluiu pela necessidade de provocar a atuação do Poder Judiciário e elaborou a petição inicial da ação civil pública.

O Presidente da investigação deve:

- (A) extrair cópias das principais peças do inquérito civil, que acompanharão a petição inicial;
- (B) promover o arquivamento do inquérito civil assim que der entrada na petição inicial;
- (C) necessariamente extrair cópia da íntegra do inquérito civil, que acompanhará a petição inicial;
- (D) anexar o inquérito civil à petição inicial que será encaminhada ao Poder Judiciário;
- (E) encaminhar cópia do inquérito civil, por meio de arquivo digital, ao Coordenador do Centro de Apoio Operacional.

Noções de Informática

51

Numa planilha MS Excel 2010, recém-aberta, João realizou as seguintes operações:

- digitou 0 na célula A1;
- digitou 1 na célula A2;
- digitou uma fórmula na célula A3;
- selecionou a célula A3;
- pressionou Ctrl+C no teclado do computador;
- colou na região A4:A8 com Ctrl+V.

Nesse ponto, os valores exibidos nas células de A1 até A8 eram os seguintes.

0
1
1
2
4
8
16
32

A fórmula foi digitada como:

- (A) =A1+A2
- (B) =A2+A3
- (C) =A1+A1 : 1
- (D) =SOMA (A\$1 : A2)
- (E) =SOMA (A1+A\$2)

52

Maria procura na Internet uma imagem, que servirá para ilustrar um cartaz. Como é necessária uma boa qualidade de imagem e o assunto é amplo, Maria decidiu empregar os seguintes critérios na filtragem dos resultados:

- I. associada à expressão “Rio 2016”;
- II. não associada à palavra “futebol”;
- III. com mais de 15 MP;
- IV. colorida;
- V. esteja num site sob o domínio “.br”;
- VI. esteja armazenada como um arquivo “JPG”;
- VII. proporção quadrada.

Após preparar a busca por meio do Google, dos critérios pretendidos, Maria conseguiu especificar:

- (A) somente três;
- (B) somente quatro;
- (C) somente cinco;
- (D) somente seis;
- (E) todos.

53

No MS Excel 2010, o recurso “Formatação Condicional” NÃO pode ser utilizado numa coluna para:

- (A) associar ícones ilustrativos aos valores;
- (B) bloquear a digitação de valores considerados inválidos;
- (C) realçar números negativos;
- (D) realçar os dez maiores valores;
- (E) realçar valores duplicados.

54

João pretende elaborar uma planilha para controlar despesas, como a que é mostrada a seguir, de tal forma que seja possível visualizar a nota fiscal correspondente à despesa realizada com um clique no seu número, na coluna C.

	A	B	C
1	Data	Despesa	Nº da Nota fiscal
2	01/03/2016	R\$ 200,00	<u>00005879</u>
3	12/03/2016	R\$ 100,00	<u>00010345</u>
4	21/04/2016	R\$ 847,00	<u>00000239</u>
5	25/04/2016	R\$ 123,00	<u>00009345</u>

João dispõe das notas fiscais em arquivos PDF, que recebe de seus fornecedores no seu computador, e ouviu vários “conselhos” sobre como obter essa funcionalidade no MS Excel 2010. Desses, o único que está inteiramente correto é:

- (A) construir uma macro, pois não é possível fazer isso com as funções normalmente disponibilizadas no MS Excel 2010;
- (B) armazenar os arquivos num site remoto, pois somente assim é possível abri-los por meio do mecanismo de Hiperlink;
- (C) usar referências diretas aos arquivos, mesmo que armazenados localmente, por meio do mecanismo de Hiperlink;
- (D) usar a macro Auto_Open, passando o path completo do arquivo como argumento, esteja esse numa máquina local ou remota;
- (E) converter os arquivos para .htm ou .html, pois somente assim é possível abri-los quando o mecanismo de Hiperlink é utilizado.

55

Numa planilha MS Excel 2010, Maria digitou literalmente em cada célula o que está mostrado abaixo.

	A	B
1	=B1	1
2	=B2+2	2
3		3
4		4
5		5

Em seguida, selecionou e copiou (Ctrl+C) a célula A2 e colou-a (Ctrl+V) na região A3:A5.

Ato contínuo, Maria selecionou a região A1:B5, clicou na função “Classificar” da guia “Dados”, escolheu “Colunas B” no campo “Classificar por”, “Valores” no campo “Classificar em”, e “Do maior para o menor” no campo “Ordem”, e finalmente acionou o botão “OK”.

Após essas operações, os valores exibidos na coluna A da planilha, de cima para baixo, são:

- (A) 1, 4, 5, 6, 1
- (B) 1, 4, 5, 6, 7
- (C) 5, 6, 3, 6, 7
- (D) 5, 6, 5, 4, 3
- (E) 7, 6, 5, 4, 1

56

João abriu no MS Word 2010 um documento que recebeu de um colega e notou que a função “Instantâneo”, da guia “Inserir”, está desabilitada para uso.

João pensou em quatro fatores que poderiam causar esse bloqueio:

- I. a extensão (tipo) do arquivo ser .htm;
- II. o arquivo estar protegido por uma senha de gravação;
- III. o arquivo ter sido aberto no modo “somente leitura”;
- IV. o arquivo ter sido gravado como Word 97-2003.

É correto afirmar que esse bloqueio pode ser causado somente pelos fatores:

- (A) I e III;
- (B) I, II e IV;
- (C) II e III;
- (D) II, III e IV;
- (E) III e IV.

57

Considere uma planilha MS Excel 2010 que contém valores como os que são exibidos a seguir.

	A	B
1	39790	5
2	22,4	3
3	19	2
4	VERDADEIRO	
5	#DIV/0!	

As fórmulas F1, F2 e F3, definidas respectivamente como

=CONT.VALORES (A1 : A5)
 =CONT.NÚM (A1 : A5)
 =CONT.SE (A1 : A5 ; ">" &A3)

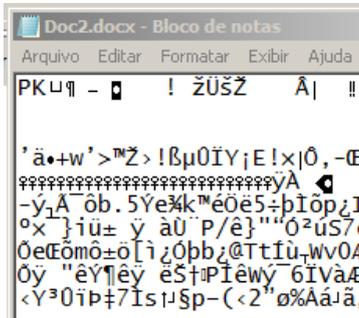
foram digitadas nas células B1 até B3.

De cima para baixo, a ordem de digitação foi:

- (A) F1, F2, F3;
- (B) F1, F3, F2;
- (C) F2, F1, F3;
- (D) F2, F3, F1;
- (E) F3, F2, F1.

58

João abriu uma pasta no Windows 7 e clicou com o botão direito do mouse sobre o arquivo “Doc2.docx”, um arquivo do MS Word 2010 que havia preparado minutos antes. Tendo escolhido uma das opções do menu pop-up, aberto pelo Windows, João deparou-se com uma tela cujo canto superior esquerdo é mostrado abaixo.



O item acionado por João para chegar a essa tela foi:

- (A) Abrir
- (B) Editar
- (C) Abrir com ▶
- (D) Compartilhar com ▶
- (E) Enviar para ▶

59

O termo “banda” é bastante empregado quando se fala do uso e do acesso à Internet. O conceito assim expresso está diretamente associado:

- (A) à memória disponível para armazenagem dos dados transmitidos;
- (B) à velocidade de transmissão de dados;
- (C) ao porte dos computadores e equipamentos conectados;
- (D) ao sistema operacional dos computadores e equipamentos conectados;
- (E) ao volume de dados que são transmitidos.

60

Analise o seguinte trecho de um documento MS Word 2010.

Nas Olimpíadas João Carlos Almeida corre, João C Almeida nada, João C. Almeida pedala, João Carols Almeida pula.

Após um comando “Substituir Tudo”, no qual a opção “Usar caracteres curinga” está assinalada, o texto a localizar é

João C?* Almeida

e o texto substituído é

Carlos Miranda

o conteúdo desse trecho passa a ser:

- (A) Nas Olimpíadas Carlos Miranda corre, Carlos Miranda pedala, Carlos Miranda pula.
- (B) Nas Olimpíadas Carlos Miranda corre, Carlos Miranda nada, Carlos Miranda pedala, Carlos Miranda pula.
- (C) Nas Olimpíadas Carlos Miranda corre, João C Almeida nada, Carlos Miranda pedala, Carlos Miranda pula.
- (D) Nas Olimpíadas Carlos Miranda pula.
- (E) Nas Olimpíadas João Carlos Almeida corre, João C Almeida nada, João C. Almeida pedala, João Carols Almeida pula.

Noções de Direito Administrativo e Constitucional

61

Força-tarefa composta pelo Ministério Público Estadual, Polícia Civil e Secretaria Estadual da Fazenda realizou operação para coibir sonegação fiscal. Com o cumprimento de mandados judiciais de busca e apreensão, de condução coercitiva e de prisão, os agentes públicos apreenderam diversos produtos por falta de pagamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Após autorização judicial, o Governo Estadual decidiu alienar esses produtos que foram legalmente apreendidos. Cumpridas as formalidades legais, a venda de tais produtos deverá ocorrer mediante:

- (A) licitação, na modalidade concorrência;
- (B) licitação, na modalidade convite;
- (C) licitação, na modalidade leilão;
- (D) prévia autorização legislativa, por concurso;
- (E) prévia autorização legislativa, por tomada de preços.

62

Joana, servidora pública municipal e membro da comissão permanente de licitação, no exercício da função pública, devassou o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório que tinha por objeto a aquisição pelo Município de gêneros alimentícios destinados às escolas da rede pública. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de outras sanções, Joana praticou:

- (A) infração administrativa disciplinar, mas não cometeu infração penal;
- (B) ato de improbidade administrativa, mas não cometeu infração penal;
- (C) infração administrativa disciplinar, mas não cometeu ato de improbidade administrativa;
- (D) crime, cuja pena é de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa que será revertida à União;
- (E) crime, cuja pena é de detenção de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa que será revertida à Fazenda Municipal.

63

O Poder Executivo Estadual, por meio de suas Secretarias de Obras e de Meio Ambiente, contratou, após regular procedimento licitatório, sociedade empresária para prestar determinados serviços na área de saneamento básico. Não obstante o poder público contratante ter cumprido suas obrigações legais e contratuais, a empresa contratada não cumpriu regular e integralmente o contrato. De acordo com a Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no ordenamento jurídico, pela inexecução parcial do contrato, a Administração Pública poderá, observado o princípio da proporcionalidade e garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado algumas sanções administrativas, como:

- (A) multa até o limite do valor do contrato, independentemente de sua previsão no instrumento convocatório ou no contrato;
- (B) interdição das instalações físicas da sede da sociedade contratada até o integral ressarcimento ao erário;
- (C) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais, pelo prazo de até 8 (oito) anos;
- (D) obrigação de ressarcimento integral do dano ao erário, inclusive decretando a indisponibilidade de bens até o limite do prejuízo material;
- (E) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

64

Em matéria de controle da Administração Pública, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro possui seu sistema de controle interno e:

- (A) não está sujeito a qualquer controle externo pelos Poderes Executivo e Legislativo, mas se submete ao Poder Judiciário, em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição;
- (B) não está sujeito a controle externo, em razão do princípio da separação dos poderes e de sua autonomia administrativa;
- (C) está sujeito a controle externo, como aquele exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas Estadual;
- (D) está sujeito a controle externo, como aquele exercido pelo Poder Judiciário, em regra, sobre o mérito dos atos administrativos ministeriais;
- (E) está sujeito a controle externo, como aquele exercido pelo Poder Judiciário, por meio de seus órgãos superiores: Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas Estadual.

65

Mônica se inscreveu em concurso público, pretendendo ingressar no serviço público estadual do Rio de Janeiro, no cargo efetivo de auxiliar administrativo. Após realizar a prova e obter classificação entre os dez primeiros candidatos, Mônica foi nomeada e tomou posse. Ocorre que, seis meses após a investidura, a Administração Pública recebeu diversas representações dando conta de que houve fraude no concurso, envolvendo alguns candidatos. Assim, foram instaurados os necessários processos administrativos em face de cada candidato, sobre cuja investidura recaíam indícios de irregularidade. Ao final do processo administrativo relativo a Mônica, ficou fartamente comprovado que a candidata fraudou o concurso, eis que obteve as respostas durante a prova utilizando um aparelho de telefone celular que manteve escondido sob suas vestes. Dessa forma, a Administração Pública declarou nulo o ato de investidura de Mônica, com base na prerrogativa da:

- (A) imperatividade, que permite à Administração rever seus próprios atos, inclusive anulando os inoportunos;
- (B) autoexecutoriedade, que permite à Administração rever seus próprios atos, após autorização do Poder Judiciário;
- (C) discricionariedade, que permite à Administração rever seus próprios atos, inclusive revogando os ilegais;
- (D) autotutela, que permite à Administração rever seus próprios atos, inclusive invalidando os ilegais;
- (E) legalidade, que permite à Administração rever seus próprios atos, inclusive revogando os vinculados.

66

Rodrigo é servidor público estadual ocupante exclusivamente de cargo em comissão e está lotado em setor da controladoria do Estado. De forma livre e consciente e no exercício da função pública, Rodrigo descumpriu normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parceria firmada pela administração pública com determinada entidade privada, que se beneficiou do ato, bem como negou publicidade a ato oficial, pois impediu a publicação na imprensa oficial do extrato do termo de parceria, tudo em conluio com o particular beneficiado. De acordo com a Lei nº 8.429/92, em tese:

- (A) Rodrigo e a entidade privada incorreram na prática de ato de improbidade administrativa, cuja prescrição é de 5 (cinco) anos contados da data da conduta ímproba;
- (B) Rodrigo e a entidade privada incorreram na prática de ato de improbidade administrativa, para cuja configuração é prescindível a existência de dano patrimonial ao erário;
- (C) Rodrigo e a entidade privada incorreram na prática de ato de improbidade administrativa, e o Ministério Público deverá decretar, no bojo de inquérito civil público, a indisponibilidade de seus bens para ressarcimento ao erário;
- (D) Rodrigo incorreu na prática de ato de improbidade administrativa, desde que fique comprovado que houve dano patrimonial ao erário, mas a entidade privada responderá apenas com base na responsabilidade civil;
- (E) Rodrigo incorreu na prática de ato de improbidade administrativa, cuja prescrição é de 3 (três) anos contados da data da conduta ímproba, mas a entidade privada responderá apenas com base na responsabilidade civil.

67

Em razão do elogiável desempenho de sociedade de economia mista estadual, com grandes benefícios para o interesse público, o presidente desse ente, com o objetivo de premiar os seus servidores, encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa para conceder-lhes determinadas gratificações até então não previstas na legislação. Esse projeto foi aprovado e convertido em lei. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) os referidos servidores têm o seu regime jurídico regido pela CLT, não podendo ter os seus direitos trabalhistas estendidos por lei estadual;
- (B) o presidente da sociedade possui poder de iniciar o referido processo legislativo e a Assembleia deve disciplinar o regime dos servidores estaduais;
- (C) é perfeitamente possível atribuir gratificações aos referidos servidores e somente o Chefe do Poder Executivo pode iniciar o processo legislativo;
- (D) a lei será constitucional caso o Governador do Estado a tenha sancionado, de modo a suprir o vício de iniciativa verificado no projeto;
- (E) as gratificações não devem ser previstas em lei ordinária, de fácil modificação, mas, sim, na respectiva Constituição Estadual.

68

Odésio, servidor do Ministério Público Estadual, apesar de plenamente realizado em sua profissão, tinha o sonho de ser vereador. Para realizá-lo, filiou-se a um partido político e participou regularmente de inúmeras reuniões. Na eleição, o seu esforço foi compensado e o sonho realizado, sendo eleito vereador do seu Município. Apesar da sua alegria, foi informado por um amigo que, para tomar posse como vereador, teria que pedir exoneração do cargo público que ocupava, informação esta que, no seu entender, não estaria correta. À luz dessa narrativa e da sistemática adotada pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que Odésio, caso não pedisse exoneração do Ministério Público Estadual:

- (A) teria que, necessariamente, ser afastado do cargo efetivo assim que tomasse posse como vereador;
- (B) poderia tomar posse no cargo de vereador, mas teria que, necessariamente, optar pela remuneração de um dos cargos;
- (C) poderia ser empossado vereador e, havendo compatibilidade de horários, receberia ambas as remunerações;
- (D) não poderia tomar posse no cargo de vereador, já que vedada a acumulação de cargos;
- (E) não poderia tomar posse como vereador, exceto se renunciasse à remuneração do cargo efetivo.

69

Determinado Procurador de Justiça foi intimado de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado, que havia negado provimento a recurso de apelação interposto pelo Ministério Público. Após detida análise do acórdão, percebeu que a Câmara julgadora havia deixado de aplicar, voluntariamente, ao caso concreto, uma norma inserida em lei federal. Na medida em que não era possível a interposição de qualquer recurso no âmbito do Tribunal de Justiça, o Procurador de Justiça deveria:

- (A) interpor recurso especial endereçado ao Superior Tribunal de Justiça, tendo por fundamento a não aplicação da lei federal;
- (B) interpor recurso extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal, isso em razão da afronta ao princípio democrático;
- (C) impetrar mandado de segurança, junto ao Superior Tribunal de Justiça, por ter sido violado o direito líquido e certo à observância da lei federal em vigor;
- (D) ajuizar reclamação, perante o Supremo Tribunal Federal, por inobservância à súmula vinculante que considera dissonante da cláusula de reserva de plenário o obrar da Câmara;
- (E) interpor recurso ordinário, endereçado ao Superior Tribunal de Justiça, em razão da não observância do dever processual de correta fundamentação das decisões judiciais.

70

Pedro e Arnaldo estavam insatisfeitos com a atuação de determinado membro do Ministério Público, lotado há muitos anos na Comarca, que frequentemente se contrapunha aos interesses prestigiados pelas oligarquias locais. Procuraram, portanto, um influente político do Estado e solicitaram que o referido Promotor de Justiça fosse removido, sob o argumento de que sua atuação era prejudicial ao interesse público. À luz da sistemática constitucional e dos dados informados, esse membro do Ministério Público:

- (A) pode ser removido, por decisão do colegiado competente do Ministério Público, se presentes os requisitos constitucionais;
- (B) não pode ser removido em nenhuma hipótese, o que decorre da garantia da inamovibilidade;
- (C) pode ser livremente removido, o que decorre do princípio hierárquico, que caracteriza a Administração Pública;
- (D) somente pode ser removido por decisão do Poder Judiciário, o que decorre da inafastabilidade da tutela jurisdicional;
- (E) somente pode ser removido por decisão do Procurador-Geral de Justiça, que chefia a instituição.

71

O Chefe do Poder Executivo encaminhou projeto de lei, ao Poder Legislativo, concedendo reajuste de vencimentos a todos os servidores vinculados à Administração Pública direta e indireta. Omitiu, no entanto, os servidores do Ministério Público. Insatisfeitos, os servidores formaram uma comissão e convenceram diversos parlamentares a apresentar uma emenda ao projeto, de modo que o aumento a ser concedido viesse a contemplá-los. Esse projeto foi aprovado, sancionado e promulgado, tornando-se lei. À luz da Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que a lei assim aprovada é:

- (A) constitucional, porque são de iniciativa do Chefe do Poder Executivo os projetos de lei que disponham sobre o reajuste de vencimentos dos servidores públicos;
- (B) inconstitucional, porque somente o Ministério Público poderia ter proposto, ao Poder Legislativo, o reajuste dos vencimentos dos seus servidores;
- (C) constitucional, porque qualquer vício de iniciativa é suprido com a sanção, pelo Chefe do Poder Executivo, do projeto aprovado pelo Legislativo;
- (D) inconstitucional, porque os parlamentares deveriam ter apresentado um projeto de lei autônomo, e não promovido emendas naquele ofertado pelo Poder Executivo;
- (E) constitucional, porque o princípio da isonomia impede a existência de diferenças de remuneração entre os servidores, o que foi corrigido pelos parlamentares.

72

O Procurador-Geral de Justiça, agente que possui legitimidade para deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, foi procurado por uma associação de moradores para que adotasse as providências necessárias visando à declaração de inconstitucionalidade de lei estadual. Sua assessoria, após analisar o caso, concluiu que as normas da Constituição Estadual tidas como violadas reproduziam o conteúdo de normas da Constituição da República Federativa do Brasil. À luz da sistemática constitucional, esse estado de coisas:

- (A) impede, em qualquer caso, a realização do controle concentrado de constitucionalidade pelo Tribunal de Justiça;
- (B) não impede a realização do controle concentrado de constitucionalidade pelo Tribunal de Justiça;
- (C) impede o controle concentrado de constitucionalidade pelo Tribunal de Justiça, caso a norma estadual seja de reprodução obrigatória;
- (D) caracteriza um potencial conflito entre jurisdições constitucionais, a ser dirimido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- (E) impede o controle concentrado de constitucionalidade pelo Tribunal de Justiça, se a norma estadual for de reprodução facultativa.

73

Matheus, funcionário público, recebe em razão do exercício de sua função junto ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, diariamente, uma grande quantidade de dinheiro em espécie. Verificando que a vigilância não era significativa, decide se apropriar de parte dos valores, e, para tanto, solicita a ajuda de seu amigo Bruno, que não era funcionário público, mas tinha conhecimento de todo o plano delitivo de Matheus. Considerando a situação narrada e as características do delito de peculato, é correto afirmar que:

- (A) o crime de peculato somente pode ser praticado em sua modalidade dolosa;
- (B) por ser crime próprio, somente Matheus poderá ser denunciado pelo mesmo, já que funcionário público, enquanto Bruno não responderá por qualquer crime;
- (C) apesar de ser crime praticado contra a Administração Pública, no crime de peculato os valores ou bens apropriados podem ser públicos ou particulares;
- (D) se a apropriação for de dinheiro recebido, no exercício do cargo, por erro de outrem, o crime será comum e não especial de funcionário contra a Administração, já que o particular é quem foi lesado;
- (E) no crime de peculato-furto, o funcionário tem a posse do dinheiro em razão do cargo e o desvia em proveito próprio ou alheio.

74

Paulo é chefe de uma repartição pública, onde também trabalha Julia, sob a sua supervisão e subordinação. Tomando conhecimento de uma falta funcional praticada por esta sua funcionária, deixa de tomar as providências próprias exigidas por seu cargo e de responsabilizá-la, pois sabendo que ela é mãe de três filhos, acredita que necessita continuar exercendo suas funções sem mácula na ficha funcional. Descoberto o fato, em tese, a conduta de Paulo:

- (A) é atípica;
- (B) configura crime de corrupção passiva;
- (C) configura crime de prevaricação;
- (D) configura crime de condescendência criminosa;
- (E) configura crime de advocacia administrativa.

75

O conceito de funcionário público para fins penais não se confunde com o conceito para outros ramos do Direito. Em sendo crime próprio praticado por funcionário público contra a Administração, aplica-se o artigo 327 do Código Penal, que apresenta um conceito amplo de funcionário público para efeitos penais. Por outro lado, o artigo respeita o princípio da legalidade, disciplinando expressamente em que ocasiões determinado indivíduo será considerado funcionário público para fins de definição do sujeito ativo de crimes próprios. Sobre o tema ora tratado e de acordo com o dispositivo acima mencionado, é correto afirmar que:

- (A) exige-se o requisito da permanência para que seja reconhecida a condição de funcionário público no campo penal;
- (B) somente pode ser considerado funcionário público aquele que recebe qualquer tipo de remuneração no exercício de cargo, emprego ou função pública;
- (C) aquele que exerce cargo em autarquias, entidades paraestatais ou fundações públicas, não é considerado funcionário público para efeitos penais;
- (D) o perito judicial não é considerado funcionário público para efeitos penais, já que apenas exerce a função transitoriamente;
- (E) é equiparado a funcionário público, para efeitos penais, aquele que trabalha para empresa contratada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

Administração Geral, Administração Pública e Contabilidade Pública

76

Uma loja de varejo mantém um estoque anual médio no valor de R\$ 3.000.000,00. A empresa estima que o custo de capital é de 12% ao ano, os custos de armazenagem são de 8% ao ano e os custos de risco de manutenção do estoque (associados a danos, perdas, obsolescência e deterioração) são de 5% ao ano. O custo médio de emissão de um pedido é de 150 reais e são emitidos 1200 pedidos ao ano. Na situação descrita, o custo anual de se manter o estoque, em reais, é de:

- (A) 750.000;
- (B) 930.000;
- (C) 3.430.000;
- (D) 3.750.000;
- (E) 3.930.000.

77

Uma firma de advocacia consome semanalmente, em média, 30 resmas de 500 folhas de papel. A firma compra as resmas de papel de um fornecedor em lotes de 120 resmas, a um preço de R\$ 5,00 por resma. Um pedido leva, em média, 2 semanas para ser recebido, a um custo de R\$ 1,50 por pedido. A firma mantém um estoque de segurança de 10 resmas. Os estoques máximo e médio de resmas na firma são, respectivamente:

- (A) 150 e 70;
- (B) 250 e 90;
- (C) 250 e 80;
- (D) 130 e 80;
- (E) 130 e 70.

78

Em uma organização pública de grande porte, o sistema de avaliação de desempenho dos funcionários é realizado pelo método da pesquisa de campo, envolvendo a área de recursos humanos e as áreas funcionais da organização. Os especialistas se reúnem com os gerentes para avaliações iniciais e complementares de cada funcionário e em seguida planejam ações e acompanham seus resultados. Assim, um dos pontos positivos do método é proporcionar o envolvimento da responsabilidade de linha e da função de *staff* na avaliação de desempenho. No entanto, o método da pesquisa de campo apresenta a seguinte desvantagem:

- (A) produz efeito de generalização (efeito halo);
- (B) superficialidade e subjetividade na avaliação;
- (C) considera apenas o desempenho excepcionalmente bom e excepcionalmente ruim;
- (D) custo operacional elevado;
- (E) considera poucos aspectos do desempenho.

79

O diretor de RH de um órgão público quer implantar a auditoria na área de recursos humanos, como forma de evidenciar sua contribuição no atingimento dos objetivos organizacionais. O diretor precisa selecionar indicadores relativos à eficiência dos processos e rotinas da área de recursos humanos. São indicadores adequados:

- (A) absenteísmo; prazo médio para a solução de reclamações trabalhistas;
- (B) índice de adequação do funcionário à vaga; índice de retenção de mão de obra;
- (C) número total da força de trabalho; qualidade das equipes multifuncionais;
- (D) salário médio por funcionário; índice de acidentes de trabalho;
- (E) índice de *backup* de talentos; *turnover*.

80

Um gerente da área de finanças afirmou que é responsável pela elaboração de orçamentos, pela composição da estrutura de financiamento e pela aplicação dos recursos financeiros da empresa em que trabalha. Ao realizar essas atribuições, o gerente exerce, respectivamente, as seguintes funções administrativas:

- (A) controle; planejamento; direção;
- (B) organização; planejamento; controle;
- (C) direção; organização; direção;
- (D) planejamento; direção; organização;
- (E) planejamento; organização; organização.

81

Um órgão público com atuação em todas as unidades da federação é caracterizado pela excelente qualificação, profissionalismo e competência do quadro de funcionários. As equipes de trabalho são coesas e as tarefas fortemente estruturadas. O órgão vem enfrentando pressões no sentido de tornar-se mais efetivo no desempenho de sua missão institucional. A direção do órgão acredita que a melhoria no desempenho passa por uma mudança na cultura da empresa, especialmente no estilo de liderança. Assim, foi iniciado um processo de substituição de líderes orientados para a tarefa por líderes orientados para as pessoas. No contexto descrito, de acordo com as teorias de liderança, é provável que:

- (A) a experiência e a competência dos funcionários substituam a liderança orientada para as pessoas;
- (B) o porte da organização e o grau de estruturação das tarefas neutralizem a liderança orientada para as pessoas;
- (C) a coesão dos grupos e o profissionalismo dos funcionários substituam a liderança orientada para as pessoas;
- (D) a distribuição geográfica e a experiência dos funcionários neutralizem os efeitos de qualquer estilo de liderança;
- (E) o porte da organização e a experiência dos funcionários neutralizem os efeitos de qualquer estilo de liderança.

82

O diretor administrativo de um importante órgão público, com atuação em diversos municípios brasileiros, gostaria de desenhar um sistema de controle como forma de monitorar o desempenho de processos e pessoas. O órgão tem uma cultura organizacional rígida e o estilo de liderança é autocrático.

Tendo em vista as características de um sistema de controle eficaz, seria adequado adotar no contexto descrito, entre outros, os seguintes controles:

- (A) observação direta e administração por objetivos (APO);
- (B) *balanced scorecard* e avaliação de desempenho 360 graus;
- (C) formalização das atribuições e responsabilidades, e avaliações de desempenho por comissões;
- (D) ajuste mútuo e controle por imposição externa;
- (E) formalização dos níveis de alçada e controle por motivação interna.

83

O Laboratório ZXY é um fabricante de medicamentos que adota estratégia de liderança em custo no nível do negócio. Para fortalecer sua estratégia de negócio, o ZXY quer rever alguns de seus requisitos organizacionais. Em relação à estrutura organizacional, aos sistemas de controle gerencial e às políticas de remuneração, seria adequado implantar, respectivamente:

- (A) estrutura funcional; supervisão direta; mensuração de desempenho multidimensional;
- (B) equipes interfuncionais; metas de desempenho mensuráveis; remuneração estratégica;
- (C) relações de reporte simples; metas de custo quantitativas; recompensas por redução de custo;
- (D) estrutura por projetos; diretrizes amplas de tomada de decisão; recompensas por metas grupais;
- (E) quadro executivo reduzido; incentivo à experimentação; recompensas por assunção de riscos.

84

Três municípios brasileiros decidiram adotar uma determinada estratégia de flexibilização para lidar com emergências ambientais e climáticas recorrentes na região em que se situam. Eles criaram uma organização de direito privado com gestão associada desses municípios e com transferência parcial de encargos, serviço, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos por lei.

A estratégia descrita refere-se à criação de:

- (A) consórcio;
- (B) empresa pública;
- (C) organização social;
- (D) parceria público-privada;
- (E) terceirização.

85

Dentre as metodologias de gestão no setor público brasileiro, o GESÚBLICA apresenta um conjunto de proposições a respeito da gestão de resultados. O desempenho da organização é explicitado no modelo por meio de resultados que refletem o atendimento às necessidades das partes interessadas da organização.

Nesse caso, o desempenho é explicitado em função das partes interessadas, dentre as quais NÃO estão previstos os:

- (A) usuários;
- (B) governos;
- (C) fornecedores;
- (D) empregados;
- (E) concorrentes.

86

Uma organização pública pretende implementar uma técnica de gestão de resultados, mas sabe que, para tal, é necessário um planejamento prévio. Essa organização apresenta como sua finalidade “assegurar acesso à justiça aos cidadãos, com independência, ética e eficiência, visando à paz social”.

A declaração acima descreve, para a organização, como é operacionalizado o conceito de:

- (A) missão;
- (B) objetivo;
- (C) princípio;
- (D) valor;
- (E) visão.

87

O conceito de governança é bastante amplo e utilizado de diferentes formas, a depender da perspectiva e do foco de análise. Nesse sentido, há um conjunto de práticas de governança que está estruturado em torno de dimensões fundamentais.

Considere, entre essas práticas, aquela na qual deve-se “garantir que sejam apurados, de ofício, indícios de irregularidades, promovendo a responsabilização em caso de comprovação”.

Essa prática faz referência ao desenvolvimento da dimensão de governança associada:

- (A) à *accountability* e transparência;
- (B) ao alinhamento transorganizacional;
- (C) à gestão de riscos e *hazard control*;
- (D) à liderança organizacional;
- (E) ao relacionamento com *stakeholders*.

88

Um gestor de uma organização da administração direta, durante seu período de férias, inspirou-se em uma obra de arte que observou em um museu para criar uma nova estratégia para gerenciar suas equipes de trabalho e, sem saber se irá funcionar, ainda não a implementou totalmente.

Essa pode ser definida como uma estratégia:

- (A) deliberada;
- (B) emergente;
- (C) planejada;
- (D) pretendida;
- (E) realizada.

89

Na formulação de políticas públicas de combate ao uso de drogas, é importante reconhecer o papel dos assistentes sociais como agentes no nível de rua. A forma pela qual a atuação desses profissionais se insere numa relação coerente de causa e efeito somente pode ser observada em retrospecto, dada a natureza emergente de suas práticas cotidianas. Suas decisões baseiam-se no seu discernimento, a cada momento, e os resultados nem sempre podem ser previstos com confiança.

É correto considerar que a formulação de uma política pública, nesse contexto, seja do tipo:

- (A) caótica;
- (B) complicada;
- (C) complexa;
- (D) desordenada;
- (E) simples.

90

A organização governamental brasileira, em um processo de integração ao movimento da Nova Administração Pública, incorporou em seu marco constitucional um princípio inspirado em trecho do discurso de Margareth Thatcher, no início da década de 80, no qual ela afirma:

“Nós temos o dever de garantir que cada centavo que arrecadamos com a tributação seja gasto bem e sabiamente.”

Esse trecho exemplifica a influência internacional para a incorporação à Constituição da República Federativa do Brasil do princípio da:

- (A) eficiência;
- (B) impessoalidade;
- (C) legalidade;
- (D) moralidade;
- (E) publicidade.

91

A evolução dos paradigmas da administração pública nos leva a reconhecer nas últimas décadas, no âmbito do Novo Serviço Público, a ascensão do conceito de coprodução. A coprodução pode ser definida de maneira ampla por alguns autores e a sua prática pode variar em diferentes contextos e áreas de políticas públicas. Entretanto, há um consenso do que a coprodução não é, o que ajuda consideravelmente a compreender os contornos desse paradigma.

Nesse sentido, a coprodução pode ser definida como:

- (A) indivíduos participando de fóruns comunitários;
- (B) consumerismo ativo para garantir recebimento de serviços públicos de qualidade;
- (C) colaboração interorganizacional quando envolvendo organizações privadas com fins lucrativos;
- (D) cogestão organizacional ou gestão compartilhada entre duas organizações;
- (E) agentes públicos e cidadãos contribuindo para definição e produção do serviço público.

92

No último dia útil do mês de abril, um credor apresentou em uma entidade da administração pública documentação comprobatória da prestação de um serviço realizado no mês de novembro do exercício anterior.

Para fins de controle patrimonial, uma vez atestada a fidedignidade da documentação, a entidade deverá:

- (A) abrir crédito adicional para a despesa;
- (B) inscrever o crédito como restos a pagar;
- (C) reconhecer a obrigação no passivo;
- (D) reconhecer a conta de despesa de exercícios anteriores;
- (E) registrar no controle de atos potenciais.

93

Na elaboração do orçamento de um órgão da administração pública direta, os técnicos da área de planejamento estavam realizando o levantamento dos recursos financeiros que seriam obtidos pela entidade no próximo exercício, a fim de identificar prioridades de alocação.

Os técnicos decidiram não incluir uma das receitas na previsão de arrecadação, em decorrência da falta de comprovação de que esta seria de fato arrecadada no exercício. Essa decisão contrapõe o princípio orçamentário da:

- (A) anualidade;
- (B) especificação;
- (C) não afetação das receitas;
- (D) prudência;
- (E) universalidade.

94

De acordo com o Plano de Contas aplicado ao Setor Público previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP/STN), o reconhecimento de uma informação de natureza orçamentária enseja lançamento na classe de:

- (A) ativos e passivos;
- (B) variações patrimoniais;
- (C) controles credores;
- (D) controles devedores;
- (E) controles da execução do orçamento.

95

A elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é obrigatória para todos os poderes e órgãos definidos pela LRF, porém o detalhamento e periodicidade podem diferir.

O único anexo do RGF que os ministérios públicos estaduais são obrigados a divulgar em referência ao primeiro quadrimestre do exercício é o demonstrativo:

- (A) da Despesa com Pessoal;
- (B) da Disponibilidade de Caixa;
- (C) da Receita Corrente Líquida;
- (D) das Operações de Crédito;
- (E) dos Restos a Pagar.

96

Para fins de controle nas entidades da administração pública, a execução da receita e da despesa públicas se processa em estágios, que dependem do cumprimento de critérios legalmente definidos.

O estágio em que se registra a execução da despesa pública antes da ocorrência do respectivo fato gerador é o(a):

- (A) dotação;
- (B) empenho;
- (C) lançamento;
- (D) liquidação;
- (E) previsão.

97

Uma entidade da administração pública, em um dado exercício, solicitou um levantamento de recursos para pleitear a abertura de créditos adicionais para despesas não incluídas no orçamento. As informações recebidas estão dispostas no Quadro I a seguir, com valores expressos em milhares:

Arrecadação além da previsão	13.720,00
Ativo financeiro	110.105,00
Passivo financeiro	78.685,00
Créditos adicionais reabertos no exercício	16.430,00
Créditos adicionais extraordinários abertos no exercício	7.965,00
Operações de crédito não recebidas vinculadas aos créditos adicionais reabertos	8.500,00
Dotações orçamentárias que podem ser anuladas	6.940,00

A partir das informações apresentadas, os créditos adicionais pretendidos terão como limite, em milhares, o valor de:

- (A) 22.305,00;
- (B) 36.185,00;
- (C) 45.140,00;
- (D) 52.080,00;
- (E) 125.385,00.

98

Os dados apresentados no Quadro II abaixo referem-se à execução do orçamento de um Estado da Federação, apurado no último quadrimestre do exercício de 2x15.

Receitas arrecadadas	R\$ milhares
Correntes	722.410,00
Capital	101.790,00
Extraorçamentárias	9.685,00
Das receitas arrecadadas deve-se considerar:	
Receitas destinadas a transferências constitucionais obrigatórias	22.880,00
Receitas destinadas à formação do FUNDEB	86.450,00
Receitas destinadas ao Plano de Seguridade dos Servidores	13.650,00
Receitas destinadas ao Custeio de Pensões Militares	2.990,00
Receitas destinadas à restituição de depósitos em garantia	4.095,00
Receitas destinadas ao pagamento de Antecipação da Receita	5.000,00

Considerando os dados apresentados no Quadro II para apuração da Receita Corrente Líquida, no exercício de 2x15, a despesa total com pessoal do Ministério Público Estadual tem como limite prudencial, em milhares de reais, o valor de:

- (A) 3.578,64;
- (B) 4.192,92;
- (C) 10.735,92;
- (D) 11.332,36;
- (E) 11.928,80.

99

No caso de descumprimento do limite máximo de despesa com pessoal do Ministério Público Estadual apurado com base no Quadro II, este ente:

- (A) deverá eliminar o percentual excedente no quadrimestre seguinte;
- (B) poderá exonerar servidores não estáveis;
- (C) poderá receber apenas transferências voluntárias;
- (D) receberá alerta do respectivo tribunal de contas;
- (E) terá que reduzir em pelo menos 50% as despesas com cargos em comissão.

100

Durante a fase de discussão da proposta orçamentária, o Poder Legislativo pode apresentar emendas, com vistas a incluir novas despesas ou alterar despesas da proposta.

De acordo com as normas da Constituição da República Federativa do Brasil, as emendas à proposta orçamentária devem:

- (A) apresentar incompatibilidade com as diretrizes orçamentárias;
- (B) indicar os recursos necessários, exceto os provenientes de anulação de despesa;
- (C) ser apreciadas pela Comissão Mista;
- (D) ser independentes dos dispositivos do texto do projeto de lei;
- (E) ser relacionadas com a correção de erros ou omissões.

Realização

